

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ENSINO

ICA 37-897

**NORMAS REGULADORAS PARA OS CURSOS
DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA
ACADEMIA DA FORÇA AÉREA**

2023

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO



ENSINO

ICA 37-897

**NORMAS REGULADORAS PARA OS CURSOS
DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA
ACADEMIA DA FORÇA AÉREA**

2023



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS Nº 461/DPE, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023.

Aprova a reedição da Instrução que estabelece as “Normas Reguladoras para os Cursos de Formação de Oficiais da Academia da Força Aérea”.

O **DIRETOR DE ENSINO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso III, e o art. 9º, inciso XII, do Regulamento da Diretoria de Ensino, aprovado pela Portaria nº 683/GC3, de 16 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 37-897 “Normas Reguladoras para os Cursos de Formação de Oficiais da Academia da Força Aérea”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DIRENS nº 172/SFA, de 23 de dezembro de 2021.

Maj Brig Ar SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA BASTOS JUNIOR
Diretor de Ensino da Aeronáutica

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	7
1.1	<u>FINALIDADE</u>	7
1.2	<u>ÂMBITO.....</u>	7
1.3	<u>CONCEITUAÇÕES</u>	7
1.4	<u>SIGLAS.....</u>	10
1.5	<u>COMPETÊNCIAS</u>	11
2	ENSINO	13
2.1	<u>CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS</u>	13
3	ADMISSÃO E SELEÇÃO, MATRÍCULA, EXCLUSÃO TEMPORÁRIA DO CURSO, REMATRÍCULA, EXCLUSÃO DEFINITIVA DO CURSO E DESLIGAMENTO.....	14
3.1	<u>ADMISSÃO E SELEÇÃO</u>	14
3.2	<u>MATRÍCULA.....</u>	14
3.3	<u>EXCLUSÃO TEMPORÁRIA DO CURSO</u>	15
3.4	<u>REMATRÍCULA</u>	16
3.5	<u>REAPROVEITAMENTO DO CADETE DESLIGADO NO CFOAV</u>	17
3.6	<u>EXCLUSÃO DEFINITIVA DO CURSO E DESLIGAMENTO DA AFA</u>	18
3.7	<u>CASOS ESPECIAIS DE MATRÍCULA DE ALUNOS CONCLUINTES DO CPCAR NO CFOINT E CFOINF</u>	19
3.8	<u>APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.....</u>	20
4	SITUAÇÃO MILITAR DO CADETE.....	22
4.1	<u>O CADETE</u>	22
4.2	<u>A CADETE GESTANTE</u>	22
5	APROVAÇÃO, CONCLUSÃO E DIPLOMAÇÃO	24
6	DISPOSIÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	26
	ANEXO A – TERMO DE REOPÇÃO DE CURSO	29

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Instrução tem por finalidade estabelecer as normas gerais referentes à matrícula, ao ensino, à situação militar do Cadete e aos demais aspectos relativos aos Cursos de Formação de Oficiais ministrados na Academia da Força Aérea (AFA).

1.2 ÂMBITO

A presente Instrução aplica-se aos Cursos de Formação ministrados pela Academia da Força Aérea e, no que couber, à DIRENS.

1.3 CONCEITUAÇÕES

1.3.1 ADMISSÃO E SELEÇÃO

Processos que visam selecionar os candidatos que estarão habilitados à matrícula nos cursos ministrados pela Organização de Ensino.

1.3.2 ALUNO

Também denominado Discente, Instruendo ou Estagiário, é o militar ou civil matriculado em uma organização de ensino com a finalidade de realizar um curso ou estágio.

1.3.3 BACHAREL

Portador de grau acadêmico referente ao curso de graduação, na modalidade bacharelado.

1.3.4 BACHARELADO

Modalidade de curso de graduação que conduz ao grau de bacharel. Durante a formação para conferência desse grau são desenvolvidas habilidades e competências em um determinado campo do saber para o exercício da atividade profissional.

1.3.5 CADETE

Aluno regularmente matriculado nos Cursos de Formação de Oficiais ministrados na Academia da Força Aérea. Também denominado aluno, discente, instruendo ou estagiário. Sua situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas estão reguladas pelo Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

1.3.6 CAPACIDADE REAL DE ATENDIMENTO

Número máximo de alunos que podem ser matriculados em cada edição de determinado curso, de forma que as Escolas possam cumprir suas missões em função das limitações impostas pelos meios disponíveis.

1.3.7 CURSO

Combinação de disciplinas e atividades organizadas nos Campos Geral, Técnico-Especializado, Militar e Áreas do Conhecimento, conforme tabela específica, em atendimento aos objetivos definidos pelo Órgão Central de Ensino da Aeronáutica, ou por outras Organizações Militares que desenvolvam atividades de ensino em seu âmbito.

1.3.8 DESLIGAMENTO

Ato administrativo pelo qual o militar é desvinculado completamente de uma Organização Militar (OM). O desligamento pode ocorrer por transferência, classificação, designação, matrícula em escola, curso e/ou estágio, licenciamento do serviço ativo, transferência para a reserva remunerada, dispensa do serviço ativo, reforma, desincorporação, anulação de incorporação, demissão e falecimento.

1.3.9 DIPLOMA

Documento oficial conferido aos que concluem, com aproveitamento, cursos/estágios que habilitem ao exercício profissional militar de nível técnico ou superior e/ou à progressão na carreira militar, estágios que habilitem ao exercício profissional militar, e, ainda, a cursos que ampliem conhecimentos em áreas de interesse da Aeronáutica.

1.3.10 DOCENTE

Militar ou civil qualificado, designado para ministrar aulas em cursos ou estágios no âmbito do Comando da Aeronáutica. Também denominado Instrutor ou Professor.

1.3.12 EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA (EAP)

Processo que visa a estabelecer um prognóstico de adaptação de candidatos militares e civis à atividade/quadro/cargo/função, através da avaliação de aspectos motivacionais, características de personalidade, aptidões específicas e potencial geral, com base no perfil de exigências psicológicas estabelecido.

1.3.13 EXCLUSÃO DO CURSO

Ato administrativo pelo qual o aluno é desvinculado do Curso de Formação de Oficiais para o qual foi matriculado. A exclusão dos Cursos da AFA poderá ocorrer em caráter temporário, condição na qual ainda há a possibilidade do Cadete excluído ser rematriculado, ou em caráter definitivo, quando o Cadete excluído deva ser desligado da AFA, não mais havendo possibilidade de matrícula.

1.3.14 HABILITAÇÃO À MATRÍCULA

Processo de verificação do atendimento às condições para a matrícula dos candidatos selecionados pela Junta Especial de Avaliação (JEA), aprovados nas etapas do Exame de Admissão e classificados dentro do número de vagas fixadas.

1.3.15 HISTÓRICO ESCOLAR

Documento escolar fornecido pela Organização de Ensino responsável pelo curso/estágio que contém os resultados oficiais do aproveitamento escolar obtido. No histórico são relacionadas as disciplinas com suas ementas e respectivas cargas horárias.

1.3.16 INSTRUTOR DE VOO

Oficial Aviador que cumpriu com aproveitamento o Curso de Formação de Instrutor previsto no Programa de Instrução e Manutenção Operacional (PIMO) e foi homologado pelo Conselho Operacional da Divisão de Operações Aéreas como apto a ministrar instrução de voo.

1.3.17 INSTRUTOR MILITAR

Docente designado para ministrar instrução doutrinária militar e/ou técnico-especializada, desenvolvendo atributos militares de Liderança, Ética, Disciplina e Doutrina Militar, bem como ministrar instruções técnico-profissionais. É responsável por instruir, treinar, e orientar os Cadetes com base nos regulamentos, conhecimentos e práticas da profissão militar, assim como por desenvolver nos instruendos as competências essenciais para a vida na caserna.

1.3.18 JUNTA ESPECIAL DE AVALIAÇÃO (JEA)

Comissão presidida pelo Diretor de Ensino ou, quando de sua impossibilidade, pelo Subdiretor de Ensino, composta por representantes das OM envolvidas nas atividades dos Exames de Admissão e de Seleção, coordenada pela DIRENS, e que se reúne com o objetivo de analisar os resultados obtidos pelos candidatos no Exame, a fim de consolidar e homologar a relação nominal dos candidatos selecionados para Habilitação à Matrícula.

1.3.22 MATRÍCULA

Ato de admissão em um Curso ou Estágio expedido pelo Comandante da Organização de Ensino (OE), por meio de publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) ou Boletim Interno, decorrente de Ordem de Matrícula emanada pelo Diretor de Ensino da Aeronáutica.

1.3.24 ÓRGÃO COLEGIADO

Instância de representação de determinado grupo, responsável por tomada de decisões compartilhadas, e assessoramento a outros setores.

1.3.25 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)

Instrumento de concepção de ensino e aprendizagem de um curso que apresenta características de um projeto, no qual devem ser definidos os seguintes componentes: concepção do curso, estrutura do curso (currículo, corpo docente, corpo técnico-administrativo e infraestrutura), procedimentos de avaliação (dos processos de ensino e aprendizagem e do curso), instrumentos normativos de apoio (composição do colegiado, procedimentos de estágio, Trabalho de Conclusão de Curso, etc.), entre outros. O documento orienta o que se preconiza para o ensino, focando, separadamente, cada um dos cursos ministrados pela Instituição.

1.3.26 REMATRÍCULA

Ato do Comandante da AFA que, cumpridos todos os requisitos necessários, readmite o Cadete em um dos Cursos de Formação, depois de cessado o motivo de sua exclusão temporária.

1.3.27 REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO DE REPROVAÇÃO (RRR)

Documento pelo qual o Cadete requer ao Comandante da AFA a reconsideração de sua reprovação no Curso de Formação, por não ter atingido os objetivos propostos no respectivo PPC.

1.3.28 TERMO DE REOPÇÃO

Documento pelo qual o Cadete requer, ao Comandante da AFA, sua reinclusão no Curso de Formação de Oficiais Intendentes ou no Curso de Formação de Oficiais de Infantaria de Aeronáutica, após sua exclusão no Curso de Formação de Oficiais Aviadores, desde que satisfeitos os critérios estabelecidos na Portaria DIRENS nº 361/DCR, de 17 de março de 2023.

1.4 SIGLAS

AFA	Academia da Força Aérea
BCA	Boletim do Comando da Aeronáutica
CCAER	Corpo de Cadetes da Aeronáutica
CFOAV	Curso de Formação de Oficiais Aviadores
CFOINF	Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica
CFOINT	Curso de Formação de Oficiais Intendentes
CPCAR	Curso Preparatório de Cadetes do Ar
DIRENS	Diretoria de Ensino
EPCAR	Escola Preparatória de Cadetes do Ar
EAMI	Estágio de Adaptação Militar
INSPSAU	Inspeção de Saúde
IRIS	Instruções Reguladoras de Inspeção de Saúde
ITIS	Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica
JEA	Junta Especial de Avaliação
JRS	Junta Regular de Saúde
JSS	Junta Superior de Saúde

MCF	Média Aritmética Simples do Conceito Final
MCV	Média para Completamento de Vagas
MFA	Média Final de Ano
MFS	Média Final Somativa Classificatória
MMFS	Média Aritmética Simples da Média Final Somativa Classificatória
NOREG	Normas Reguladoras
NSCA	Norma Sistêmica do Comando da Aeronáutica
OE	Organização de Ensino
PIMO	Programa de Instrução e Manutenção Operacional
PPAER	Plano de Pessoal da Aeronáutica
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
QOAV	Quadro de Oficiais Aviadores
QOINF	Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica
QOINT	Quadro de Oficiais Intendentes
QOMED	Quadro de Oficiais Médicos
RDAER	Regulamento Disciplinar da Aeronáutica
RRR	Requerimento de Reconsideração de Reprovação
TACF	Teste de Avaliação do Condicionamento Físico
TFIM	Teste Físico Militar
TIG	Teste Imunológico de Gravidez

1.5 COMPETÊNCIAS

1.5.1 COMPETE À DIRETORIA DE ENSINO (DIRENS):

- a) expedir as Ordens de Matrícula do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), do Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT) e do Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (CFOINF) ministrados pela AFA;
- b) analisar e aprovar as propostas de revisão e modificação das Normas reguladoras (NOREG) e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) elaborados pelas Organizações de Ensino subordinadas, publicando-os em BCA;

- c) remeter ao Gabinete do Comandante da Aeronáutica as listas dos concluintes dos Cursos de Formação ministrados pela AFA, a fim de que sejam publicadas as respectivas Portarias de Declaração;
- d) efetuar a abertura de vagas para o reaproveitamento dos Cadetes excluídos do CFOAV e dos alunos do Curso Preparatório de Cadetes do Ar (CPCAR) que atenderem aos requisitos previstos nesta Norma para matrícula no CFOINT ou no CFOINF, devendo informar a quantidade de vagas por curso a serem destinadas aos Cadetes excluídos do CFOAV, bem como, destinados aos alunos oriundos do CPCAR; e
- e) julgar os requerimentos referentes aos Termos de Reopção dos Cadetes excluídos dos CFOAV, de acordo com os critérios previstos e na legislação em vigor.

1.5.2 COMPETE À ACADEMIA DA FORÇA AÉREA (AFA):

- a) planejar, executar e avaliar os Cursos de Formação que lhe forem atribuídos, de acordo com as normas, instruções e os documentos de ensino aprovados;
- b) propor à DIRENS a revisão ou modificação das Normas Reguladoras e dos Projetos Pedagógicos de Curso relativos aos Cursos de Formação ministrados pela AFA;
- c) elaborar, aprovar e executar o Calendário Escolar;
- d) publicar em (BCA) a relação dos matriculados nos Cursos de Formação;
- e) efetivar a matrícula, a rematrícula, a aprovação, a reprovação, a exclusão temporária, a exclusão definitiva, a conclusão, a certificação, a diplomação do Cadete nos Cursos de Formação, bem como, seu desligamento da AFA;
- f) expedir os diplomas, os históricos escolares, as declarações de conclusão e demais documentos comprobatórios referentes à vida escolar do Cadete, com as especificações necessárias;
- g) remeter à DIRENS as listas dos concluintes do CFOAV, CFOINT e CFOINF, a fim de que sejam publicadas as Portarias de Declaração de Aspirantes-a-Oficial;
- h) registrar, em livro próprio, os certificados, diplomas e os históricos escolares;
- i) encaminhar à DIRENS o relatório final das avaliações/críticas dos Cursos de Formação;
- j) elaborar e aprovar documentos complementares relativos à execução das atividades de ensino, tais como Normas Padrão de Ação, Notas de Serviço e Instruções de Comando, Ordens de Instrução, PIMO, dentre outros;
- k) confeccionar e submeter o PIMO para aprovação da DIRENS; e
- l) notificar à DIRENS tão logo o Cadete excluído do CFOAV manifeste, por meio do Termo de Reopção, constante no anexo A, sua intenção em migrar para quaisquer dos Cursos de Formação de Oficiais ofertados pela AFA, conforme estabelecido em portaria específica.

2 ENSINO

2.1 CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

2.1.1 A AFA tem como missão formar Oficiais de Carreira da Aeronáutica dos Quadros de Oficiais Aviadores (QOAV), Quadro de Oficiais Intendentes (QOINT) e Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (QOINF), desenvolvendo nos Cadetes os atributos militares, intelectuais e profissionais, bem como os padrões éticos, morais, cívicos e sociais, de forma a obter, ao final deste processo de Formação, Oficiais em condições de se tornarem líderes de uma moderna Força Aérea.

2.1.2 O CFOAV, CFOINT e CFOINF, ministrados na Academia da Força Aérea, são cursos permanentes, com início, duração e término definidos em documentos aprovados pela DIRENS e pela AFA.

2.1.3 Esses Cursos de Formação de Oficiais qualificam seus concluintes, por meio da educação superior, em nível de Graduação, na modalidade Bacharelado, para o desempenho dos cargos e o exercício das funções inerentes aos postos iniciais da carreira.

2.1.4 Os Cursos de Formação de Oficiais ministrados na AFA foram desenvolvidos com base em PPC, os quais contemplam os Eixos: Administração Pública, Ciências Aeronáuticas (CFOAV), Ciências da Logística (QOINT), Ciências Militares (QOINF) e Instrução Militar e Doutrina, que visam à formação do futuro Oficial da Ativa da Aeronáutica.

2.1.5 O Bacharelado em Administração, com ênfase em Administração Pública, será concedido aos Cadetes que concluírem os Cursos de Formação de Oficiais da AFA. O curso tem por finalidade qualificar os futuros Oficiais para o desempenho da Gestão Pública e para o aperfeiçoamento dos processos administrativos e operacionais da Aeronáutica.

2.1.6 A conclusão com aproveitamento dos Cursos de Formação de Oficiais ministrados na AFA confere aos concluintes as titulações descritas no item 5 desta Instrução.

2.1.7 O CFOAV, o CFOINT e o CFOINF são realizados em período integral, em regime de internato, exigindo dedicação exclusiva do Cadete.

3 ADMISSÃO E SELEÇÃO, MATRÍCULA, EXCLUSÃO TEMPORÁRIA DO CURSO, REMATRÍCULA, EXCLUSÃO DEFINITIVA DO CURSO E DESLIGAMENTO

3.1 ADMISSÃO E SELEÇÃO

3.1.1 A Admissão para o Cursos de Formação de Oficiais da AFA far-se-á por intermédio de Exames de Admissão e de acordo com o estabelecido nas respectivas Instruções Específicas aprovadas pela DIRENS e nas Portarias correlatas do Comandante da Aeronáutica e do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

3.1.2 As vagas para o ingresso nos Cursos de Formação de Oficiais serão estabelecidas atendendo às necessidades de pessoal do Comando da Aeronáutica (COMAER), observada a capacidade real de atendimento da AFA.

3.1.3 A Admissão para o CFOAV será realizada:

- a) dentre os Alunos do CPCAR ministrado na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), que satisfizerem as condições exigidas para a matrícula no 1º ano do CFOAV; e
- b) por meio de Exame de Admissão, de acordo com o estabelecido no “Plano de Pessoal da Aeronáutica – PPAER (PCA 30-1)”, aprovado pelo Comandante da Aeronáutica, e pelas respectivas Instruções Específicas, aprovadas pela DIRENS.

3.1.4 A Admissão e o reaproveitamento para o CFOINT e CFOINF será realizada:

- a) por meio de Exame de Admissão, de acordo com o estabelecido no “Plano de Pessoal da Aeronáutica – PPAER (PCA 30-1)”, aprovado pelo Comandante da Aeronáutica, e pelas respectivas Instruções Específicas, aprovadas pela DIRENS;
- b) por meio de reaproveitamento por reopção dentre os alunos do CPCAR que tenham concluído com aproveitamento o referido curso e não tenham sido matriculados no CFOAV, por haverem recebido o parecer “APTO COM RESTRIÇÃO DEFINITIVA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE AÉREA MILITAR”, após julgado pela Junta Superior de Saúde (JSS), conforme regras e critérios definidos no item 3.7 desta Norma; e
- c) por meio de reaproveitamento por reopção dentre os Cadetes reprovados no CFOAV por falta de aproveitamento na atividade aérea ou por haverem recebido o parecer “APTO COM RESTRIÇÃO DEFINITIVA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE AÉREA MILITAR”, após julgado pela JSS, conforme regras e critérios definidos no item 3.5 desta Norma; e
- d) por meio de reaproveitamento por reopção por estarem fora das vagas estabelecidas para o CFOAV.

3.1.4.1 As vagas para o CFOINT e CFOINF de que tratam as alíneas b e c do item 3.1.4 serão definidas, anualmente, por Portaria do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

3.2 MATRÍCULA

3.2.1 A DIRENS expedirá Ordem de Matrícula, publicada em BCA, para:

- a) os alunos que concluírem, com aproveitamento, o CPCAR e satisfizerem as condições exigidas para matrícula no 1º ano do CFOAV;
- b) os candidatos aprovados no Exame de Admissão para ingresso nos CFOAV, CFOINT e CFOINF da AFA e selecionados pela Junta Especial de Avaliação (JEA); e
- c) os alunos que concluírem com aproveitamento o CPCAR e atenderem aos requisitos desta Norma para ingresso no CFOINT ou no CFOINF.

3.2.1.1 As matrículas, decorrentes da ordem de matrícula da DIRENS, serão efetivadas por ato do Comandante da AFA, a contar do primeiro dia do respectivo período letivo, mediante publicação em Boletim Interno e em BCA.

3.2.1.2 Para os candidatos na condição de excedentes no Exame de Admissão, a matrícula será efetivada a contar da data de sua apresentação na OE.

3.2.1.3 Os Cadetes matriculados no 1º ano do CFOAV, do CFOINT e do CFOINF, oriundos do Exame de Admissão, serão incluídos no efetivo da AFA para fins de instrução e disciplina, onde ingressam no “Bom Comportamento”, conforme previsto no Parágrafo 4º do Art. 40 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER), aprovado pelo Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975, devendo, no mínimo, manter esse comportamento até o final do Curso.

3.2.1.4 Os Cadetes matriculados na AFA, oriundos do CPCAR, serão incluídos no efetivo da AFA para fins de instrução e disciplina, desde que estejam classificados no “Bom Comportamento”, de acordo com o RDAER, devendo, no mínimo, manter esse comportamento até o final do Curso.

3.2.1.5 Estarão impedidos, em caráter definitivo, de receber matrícula no CFOAV, CFOINT e CFOINF os alunos que tenham sido desligados de qualquer OE do COMAER pelos motivos constantes nas letras “c”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j” e “k” do item 3.6.1 desta Instrução.

3.2.1.6 A constatação de omissão ou falta de veracidade de quaisquer informações ou documentos exigidos do candidato implicará, a qualquer momento, tornar nula a sua matrícula, bem como todos os atos dela decorrentes, independente das sanções previstas em lei ou regulamentos militares.

3.3 EXCLUSÃO TEMPORÁRIA DO CURSO

3.3.1 O Cadete que for julgado por Junta de Saúde da Aeronáutica “INCAPAZ TEMPORARIAMENTE” ou “APTO COM RESTRIÇÃO” e não puder prosseguir nas instruções dos Eixos Administração Pública, Ciências Aeronáuticas (CFOAV), Ciências da Logística (CFOINT), Ciências Militares (CFOINF) e Instrução Militar e Doutrina, será excluído temporariamente do respectivo Curso, permanecendo adido à AFA, devendo ser submetido a nova Inspeção de Saúde ao término de cada incapacidade ou restrição, cujo prazo será limitado a dois anos, conforme previsto nas normas reguladoras das Inspeções de Saúde.

3.3.2 Cessada a incapacidade ou a restrição, o Comandante da AFA deliberará sobre a rematrícula do Cadete no Curso, a qual, dependendo do período que esteve afastado e do prejuízo aferido na instrução poderá ocorrer no mesmo ano letivo em que se encontrava ou permitida por uma única vez, no início do ano letivo subsequente ao parecer da Junta de Saúde que o tenha julgado “APTO”, sem restrição, para prosseguir nas instruções dos Eixos

Administração Pública, Ciências Aeronáuticas (CFOAV), Ciências da Logística (QOINT), Ciências Militares (QOINF) e Instrução Militar e Doutrina.

3.3.3 O Cadete reprovado na área acadêmica que efetuar Requerimento de Reconsideração de Reprovação (RRR) prosseguirá normalmente nas atividades acadêmicas, não sendo excluído do Curso até a decisão final do Comandante da AFA.

3.3.4 O Cadete reprovado em atividades ligadas à atividade aérea e que efetuar o RRR será afastado da instrução de voo e prosseguirá normalmente nas atividades acadêmicas, não sendo excluído definitivamente do Curso até a decisão final do Comandante da AFA.

3.3.5 O Cadete que satisfizer os critérios estabelecidos na Portaria DIRENS nº 361/DCR, de 17 de março de 2023, e solicitar sua migração de Curso por meio do Termo de Reopção (Anexo A), será excluído temporariamente do CFOAV, permanecendo adido à AFA, até a data em que a DIRENS emitir despacho decisório sobre o pleito.

3.4 REMATRÍCULA

3.4.1 A reinclusão do Cadete excluído temporariamente no respectivo Curso de Formação será efetivada pela matrícula.

3.4.2 O procedimento de matrícula não é cabível, em um dos Cursos de Formação de Oficiais ministrados pela AFA, para o Cadete que teve matrícula anterior efetuada a título precário, exceto no caso de a matrícula ser referente a certame diverso do inicial.

3.4.3 Depois de cessado o motivo da exclusão temporária do Curso, o Cadete deverá solicitar a sua matrícula por meio de requerimento ao Comandante da AFA.

3.4.4 O Cadete que não optar pela matrícula deverá manifestar por escrito a sua desistência definitiva à vaga do Curso, solicitando seu desligamento da AFA e licenciamento do serviço ativo.

3.4.5 Ao ser matriculado na mesma turma, o Cadete deve retomar as atividades de seu Curso sem prejuízo ao seu rendimento acadêmico, devendo cumprir em horários alternativos o conteúdo não cumprido durante o período de afastamento. Será mantida sua classificação provisória na turma e considerados os graus já obtidos em todas as disciplinas.

3.4.6 Quando ocorrer de a matrícula do Cadete ser efetivada em turma diferente da sua turma de ingresso, deverá ser observado que:

- a) no ano da matrícula, o Cadete será reclassificado na última posição na classificação provisória da nova turma. Caso mais de um Cadete seja matriculado na mesma turma, a classificação provisória será realizada de acordo com a ordem cronológica da matrícula dos Cadetes;
- b) no ano da matrícula, para Média Final de Ano (MFA) serão considerados todos os graus das disciplinas já cursadas e com equivalência às disciplinas do atual Curso em que o Cadete foi matriculado; e
- c) para a classificação no final do ano em que for matriculado, serão utilizados os valores de MFA obtidos nos anos anteriores.

3.4.7 Os Cadetes excluídos do CFOAV que atendam aos requisitos desta Norma para serem reaproveitados no CFOINT ou no CFOINF, serão rematriculados por ato do Comandante da AFA, após seu requerimento ser deferido pela DIRENS.

3.4.8 Os Cadetes rematriculados no CFOINT e no CFOINF, reaproveitados do CFOAV, serão mantidos no efetivo da AFA para fins de instrução e disciplina, desde que tenham sido, quando excluídos do curso, classificados no “Bom Comportamento”, de acordo com o RDAER, devendo, no mínimo, manter esse comportamento até o final do Curso.

3.5 REAPROVEITAMENTO DO CADETE DESLIGADO NO CFOAV

3.5.1 O Cadete reprovado no CFOAV poderá requerer, mediante Termo de Reopção, migração para o CFOINT ou CFOINF, desde que tenha sido excluído por motivo de:

- a) reprovação em Instrução Aérea, segundo as condições de rendimento mínimo definidas pelo (PPC) para o CFOAV; ou
- b) saúde, quando julgado, em Inspeção de Saúde (INSPSAU), “INCAPAZ DEFINITIVAMENTE PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE AÉREA” ou “APTO COM RESTRIÇÃO DEFINITIVA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE AÉREA”.

3.5.2 Poderá requerer migração de curso, o Cadete excluído do CFOAV pelos motivos elencados no item 3.5.1, desde que satisfaça as seguintes condições:

- a) ter sido julgado “APTO” em INSPSAU para o serviço militar;
- b) estar classificado no “Bom Comportamento”; e
- c) não possuir mais que cinco anos de serviço ativo na data de início do curso.

3.5.3 O procedimento de reaproveitamento não é cabível, em um dos Cursos de Formação de Oficiais ministrados pela AFA, para o Cadete que teve matrícula anterior efetuada a título precário.

3.5.4 O Cadete que atender aos critérios estabelecidos nos itens 3.5.1 e 3.5.2 poderá requerer migração de curso, mediante assinatura do Termo de Reopção de curso, dirigido ao Comandante da AFA.

3.5.5 O Cadete poderá requerer a migração de curso no prazo de quinze dias corridos a partir da publicação, em Boletim Interno da AFA, do ato de exclusão do CFOAV.

3.5.6 No Termo de Reopção deverá ser informada a ordem de preferência dos cursos para qual o Cadete pretende migrar.

3.5.7 O Cadete que não expressar interesse em requerer a migração de curso deverá preencher o Termo de Reopção e indicar essa opção.

3.5.8 Ao Cadete que não atender aos critérios citados nos itens 3.5.1 e 3.5.2 deverá ser dada a ciência de sua condição.

3.5.9 As vagas para o CFOINT serão disponibilizadas para ambos os sexos e as vagas para o CFOINF, somente para o sexo masculino.

3.5.10 A prioridade da escolha e o completamento das vagas no CFOINT ou no CFOINF obedecerão a ordem decrescente dos graus obtidos pela Média para Completamento de Vagas (MCV), a qual representa a média ponderada da Média Aritmética Simples da Média Final Somativa Classificatória (MMFS) com peso dois e da Média Aritmética Simples do Conceito Final (MCF) com peso três, do CFOAV, de acordo com os conceitos estabelecidos no PPC.

3.5.11 A MMFS é calculada a partir da média aritmética simples entre as MFS dos anos efetivamente cursados e concluídos com aproveitamento.

3.5.12 A MCF é calculada a partir da média aritmética simples entre os conceitos finais dos anos efetivamente cursados e concluídos com aproveitamento.

3.5.13 Para os casos de reaproveitamento, por meio da migração de Curso, deverá ser observado que:

- a) no ano da matrícula, caso designado para o 1º ano de Curso, será reclassificado conforme item 4.1.7 desta Norma;
- b) no ano da matrícula, caso designado para qualquer ano diferente do 1º ano de Curso, será reclassificado na última posição na classificação provisória da nova turma. Caso mais de um Cadete seja rematriculado na mesma turma, a classificação provisória obedecerá a ordem decrescente dos graus obtidos pela Média para Completamento de Vagas (MCV), conforme prioridade estabelecida no item 3.5.5 desta Norma;
- c) no ano da matrícula, para Média Final de Ano serão considerados todos os graus das disciplinas já cursadas e com equivalência às disciplinas do atual Curso em que o Cadete foi rematriculado; e
- d) para a classificação no final do ano em que for rematriculado, serão utilizados os valores de MFA obtidos nos anos anteriores, se houver.

3.6 EXCLUSÃO DEFINITIVA DO CURSO E DESLIGAMENTO DA AFA

3.6.1 A exclusão definitiva do Cadete do respectivo Curso de Formação e seu desligamento da AFA serão efetivados por ato do Comandante da AFA nos seguintes casos:

- a) por conclusão, com aproveitamento, nas condições estabelecidas por Norma Padrão de Ação específica, publicada em Boletim Interno da AFA, referentes ao Curso em que estava matriculado;
- b) por ter recebido, após preenchimento do Termo de Reopção, despacho decisório da DIRENS com “INDEFERIDO”;
- c) por motivo de saúde, quando julgado “INCAPAZ DEFINITIVAMENTE PARA O SERVIÇO” por Junta de Saúde da Aeronáutica e homologado pela Junta Superior de Saúde (JSS), para todos os Cursos de Formação de Oficiais ministrados pela AFA;
- d) a pedido do interessado, ao ser deferido requerimento solicitando sua exclusão definitiva do Curso e desligamento da AFA;
- e) por não atingir os parâmetros ou pontos de corte estabelecidos no respectivo PPC, salvo nos casos em que é prevista a matrícula;
- f) por condenação em virtude de crime militar ou comum, logo que a sentença

- transite em julgado;
- g) por licenciamento ou exclusão a bem da disciplina, de acordo com o RDAER;
 - h) por ingressar no “Insuficiente” ou no “Mau Comportamento”, de acordo com o RDAER;
 - i) por utilizar ou tentar utilizar meios ilícitos na realização de qualquer atividade avaliada, comprovado após apuração em Sindicância ou processo administrativo disciplinar;
 - j) por apresentar inaptidão para a carreira militar ou incompatibilidade com a condição de Cadete da AFA ou de futuro Oficial da Aeronáutica por meio do cometimento de atos que comprometam os valores, os deveres e a ética militar, conforme definidos no Estatuto dos Militares e nos regulamentos e normas do Comando da Aeronáutica;
 - k) por deserção, nos termos do Código Penal Militar;
 - l) por ser considerado extraviado, conforme o Estatuto dos Militares;
 - m) por reforma, conforme o Estatuto dos Militares;
 - n) por falecimento;
 - o) por assumir função ou cargo decorrente de aprovação em concurso público, mesmo que para Estágio Probatório; e
 - p) por deixar de atender ao longo de sua formação, as condições essenciais de não possuir filhos ou dependentes, conforme disposto no Estatuto dos Militares e na Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

3.6.2 Após a exclusão definitiva do Cadete no Curso de Formação, a AFA tomará as ações administrativas decorrentes para o seu desligamento, de acordo com o que dispuser a legislação aplicável a cada caso.

3.6.3 O Cadete que for desligado da AFA terá sua situação militar regulada de acordo com a NSCA 33-2 - “Situação Militar dos Desligados dos Cursos e Estágios de Formação de Oficiais e de Praças da Ativa e do Curso de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica”.

3.7 CASOS ESPECIAIS DE MATRÍCULA DE ALUNOS CONCLUINTES DO CPCAR NO CFOINT E CFOINF

3.7.1 O aluno da EPCAR que tenha concluído, com aproveitamento, o CPCAR e não tenha sido matriculado no CFOAV, por não ter obtido parecer "APTO" para a pilotagem militar, em inspeção de saúde ou em teste de aptidão motora (se disponível), poderá ser matriculado no CFOINT ou no CFOINF, da AFA, reaproveitado por reopção, desde que seja de interesse da administração e satisfaça as seguintes condições, previstas na Portaria GABAER nº 529/GC3, de 05/07/2023:

- a) ter sido julgado, em inspeção de saúde, "APTO" para o serviço militar;
- b) estar dentro do número de vagas disponíveis para a matrícula no CFOINT ou CFOINF, conforme classificação final do CPCAR; e
- c) estar classificado no "Bom Comportamento".

3.7.2 As vagas para o CFOINT serão disponibilizadas a ambos os sexos, e as do CFOINF, somente para o sexo masculino.

3.7.3 A ordem de escolha para o preenchimento das vagas será estabelecida pelos seguintes critérios:

- a) classificação final do aluno no CPCAR, respeitando o previsto no item 3.7.1;
e
- b) ter sido julgado "INAPTO" para a pilotagem militar.

3.7.4 As vagas para o CFOINT e CFOINF destinadas aos alunos que concluíram o CPCAR com aproveitamento e que foram considerados inaptos para a pilotagem militar serão definidas, anualmente, por portaria do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

3.8 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

3.8.1 O aproveitamento de estudos é obtido por equivalência entre disciplinas já cumpridas e concluídas com aproveitamento (disciplinas em que o Cadete tenha sido aprovado) nos Cursos ministrados pela AFA.

3.8.2 A equivalência é concedida quando há compatibilidade entre os conteúdos das disciplinas e compatibilidade de cargas horárias superiores a 70% (setenta por cento).

3.8.3 Para equivalência, a disciplina deve ter sido concluída com aproveitamento nos últimos 10 (dez) anos, tomando-se como referência a data da rematrícula e a data de conclusão da disciplina.

3.8.4 A Divisão de Ensino da AFA é encarregada de conduzir o estudo de equivalência. Os setores de planejamento, execução e as chefias de curso são responsáveis por analisar a situação do Cadete rematriculado.

3.8.5 Em caso de aproveitamento de estudos deferido, a Divisão de Ensino notificará o Cadete sobre sua situação por meio de um Termo de Ciência.

3.8.6 A extinção de uma atividade não cursada pelo Cadete, por alterações na matriz curricular, obriga-o a cursar a atividade equivalente.

3.8.7 Caso a data de matrícula ou de rematrícula seja posterior ao início de alguma disciplina e seja tempestivo ministrá-la, a Divisão de Ensino deverá coordenar a reposição das aulas, o registro de frequência e o acompanhamento psicopedagógico.

3.8.8 Deverão ser atendidos todos os requisitos do PPC do ano do curso para o qual foi rematriculado. Para tanto, será conduzida análise em relação ao PPC do Curso atual, devendo ser feitas as adequações necessárias quanto à verificação de equivalências e cumprimento das disciplinas não comuns.

3.8.9 No ano da matrícula ou da rematrícula diferentes de sua turma de ingresso, haverá aproveitamento dos graus obtidos em disciplinas já cursadas, não sendo necessária a realização das verificações de aprendizagem novamente, cabendo às Subdivisões de Curso e ao CCAer assessorar o Chefe da Divisão de Ensino quanto à necessidade de o Cadete participar novamente das aulas nas quais já obteve a equivalência.

3.8.10 O aproveitamento citado no item 3.8.9 não se aplica às disciplinas referentes ao Estágio de Instrução Aérea e à disciplina Treinamento Físico Militar (TFIM), as quais o Cadete rematriculado deverá frequentar e participar de todas as avaliações previstas.

4 SITUAÇÃO MILITAR DO CADETE

4.1 O CADETE

4.1.1 O Cadete da AFA é militar da ativa da Aeronáutica, Praça Especial, possuindo sua precedência hierárquica, prerrogativas, direitos e deveres definidos no Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

4.1.2 Durante todo o curso o Cadete deverá estar, no mínimo, no “Bom Comportamento”, conforme o RDAER.

4.1.3 A precedência hierárquica entre os Cadetes é estabelecida tomando-se por base a ordenação decrescente dos anos dos Cursos, pelo ano que estiver cursando e, dentro do mesmo ano, pela classificação geral obtida nos anos anteriores, de acordo com o respectivo PPC do Curso de Formação.

4.1.4 Dentre os Cadetes de um mesmo ano, os Cadetes do CFOAV têm precedência hierárquica sobre os Cadetes do CFOINT e estes sobre os Cadetes do CFOINF.

4.1.5 No 1º ano, os Cadetes do CFOAV oriundos do Exame de Admissão têm sua precedência hierárquica estabelecida conforme a classificação final obtida no Exame de Admissão, na sequência, logo após o último classificado do CPCAR.

4.1.6 No 1º ano, os Cadetes do CFOINT e CFOINF oriundos do Exame de Admissão têm sua precedência hierárquica conforme a classificação final obtida no Exame de Admissão, logo após o último classificado do CPCAR, reaproveitados por reopção, de acordo com a Portaria GABAER nº 529/GC3, de 05/07/2023, conforme alínea “b” do item 3.1.4 desta norma.

4.1.7 No 1º ano, os Cadetes do CFOINT e CFOINF oriundos do CFOAV, conforme item 3.5, têm sua precedência hierárquica conforme estabelecido nesta Norma, logo a frente dos alunos oriundos do CPCAR.

4.1.8 Durante a realização do CFOAV, CFOINT ou CFOINF, o Cadete estará sujeito ao regime escolar da AFA, em regime de internato, e fará jus à remuneração fixada em lei de acordo com a graduação, além de alimentação, alojamento, fardamento, assistência médico-hospitalar e odontológica.

4.1.9 Constitui condição essencial para ingresso e permanência dos Cadetes nos Cursos de Formação de Oficiais da AFA não possuir filhos ou dependentes. Essa condição decorre da incompatibilidade com o regime exigido para os Cursos, uma vez que estes demandam regime de internato, de dedicação exclusiva e de disponibilidade permanente peculiar à carreira militar, conforme disposto no Estatuto dos Militares e na Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

4.2 A CADETE GESTANTE

4.2.1 Além do disposto no item 4.1.9, a incompatibilidade do estado de gravidez da Cadete com a vida acadêmica militar está ainda relacionada às seguintes atividades rotineiras e compulsórias da AFA:

- a) treinamentos de adaptação a situações de desconforto, com reduzido tempo de descanso e variações de gradiente térmico;
- b) treinamentos em Exercício de Campanha, sobrevivência em ambiente de

- selva e de mar, com privação do sono, e limitação de água e alimento;
- c) treinamento para salto de emergência com paraquedas;
 - d) treinamentos em câmara hipobárica, centrífuga humana e instrução prática sobre hipóxia, hiperventilação, sistemas de oxigênio, voo pressurizado e despressurização, acelerações, uso da cadeira de ejeção e desorientação espacial, para as Cadetes do CFOAV;
 - e) instruções de marchas diurnas e noturnas, com transposição por terreno acidentado, de relevo íngreme e vegetação densa;
 - f) instruções de educação física, de defesa pessoal e participação em competições esportivas;
 - g) instruções com transposição de obstáculos;
 - h) instruções de tiro, com manuseio de armamentos e artefatos bélicos; e
 - i) treinamentos com elevados níveis de estresse emocional e físico, com simulações de ambiente hostil, na condição de tripulante ou de combatente em situação de fuga e evasão.

4.2.2 Periodicamente, a cada Inspeção de Saúde realizada nas Cadetes, será obrigatório o Teste Imunológico de Gravidez (TIG), conforme previsto na ICA 160-6 - “Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica - ITIS”.

4.2.3 A qualquer tempo, em caso de constatação de gravidez, a Cadete deverá comunicar imediatamente sua situação ao Comando do CCAER, a fim de que seja submetida a Inspeção de Saúde e avaliada por Junta de Saúde da Aeronáutica.

4.2.3.1 Confirmada a gravidez, a Cadete será afastada das atividades de instrução e excluída temporariamente do Curso. Amilitar permanecerá na situação de adidaã AFA, enquanto durar a gestação, sem prejuízo da assistência médica e da remuneração.

4.2.3.2 A partir da data do parto, será mantido o afastamento total da Cadete da AFA por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a título de licença maternidade.

4.2.3.3 Terminado o período de licença maternidade, será procedida sua exclusão definitiva do Curso, seu desligamento da AFA e o licenciamento do serviço ativo, conforme subitens 3.6.1, alínea p) e 4.1.9 desta Instrução.

4.2.3.4 No caso de abortamento espontâneo ou de natimorto, a partir da ocorrência do fato, a Cadete deverá se submeter a Inspeção de Saúde e permanecerá afastada por 60 (sessenta) dias consecutivos. Findo este prazo, deverá ser submetida a nova Inspeção de Saúde.

4.2.3.4.1 Após a realização de Inspeção de Saúde, caso obtenha parecer “APTA” da Junta de Saúde para prosseguir no respectivo Curso de Formação e havendo interesse na rematrícula, caberá à Cadete comunicar tal fato ao Comando do CCAER, a fim de que sejam iniciados os procedimentos para sua rematrícula.

5 APROVAÇÃO, CONCLUSÃO E DIPLOMAÇÃO

5.1 A aprovação do Cadete no respectivo Curso de Formação dar-se-á de acordo com as condições estabelecidas nos respectivos PPC de cada Curso.

5.2 O Cadete será declarado Aspirante a Oficial ao concluir com aproveitamento o CFOAV, o CFOINT ou o CFOINF, devendo ainda ser julgado “APTO” em Inspeção de Saúde, realizada por Junta de Saúde da Aeronáutica, conforme requisitos e procedimentos previstos na ICA 160-6 - “Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica- ITIS”.

5.3 O CFOAV confere a seus concluintes as seguintes Graduações: Bacharel em Ciências Aeronáuticas, com Habilitação em Aviação Militar e Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública. (Art. 25 da Lei nº 12.464 de 05 ago. 2011).

5.4 O CFOINT confere a seus concluintes as seguintes Graduações: Bacharel em Ciências da Logística, com Habilitação em Intendência da Aeronáutica e Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública. (Art. 26 da Lei nº 12.464 de 05 ago. 2011).

5.5 O CFOINF confere a seus concluintes as seguintes Graduações: Bacharel em Ciências Militares, com Habilitação em Infantaria da Aeronáutica e Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública. (Art. 27 da Lei nº 12.464 de 05 ago. 2011).

5.6 Os Cursos de Formação ministrados pela AFA conferirão a seus concluintes Diplomas ou Certificados de Conclusão e Histórico Escolar com as respectivas disciplinas, cargas horárias e médias obtidas, com registro em livro próprio, conforme ICA 37-468 - “Procedimentos Para a Confecção, Expedição, Registro, Apostilamento de Diplomas, Certificados e Históricos Escolares”.

5.7 A emissão de segundas vias dos documentos citados no item 5.6 implicará na cobrança de taxas administrativas, conforme ICA 37-468 - “Procedimentos Para a Confecção, Expedição, Registro, Apostilamento de Diplomas, Certificados e Históricos Escolares”.

5.8 Será conferido aos Cadetes das Forças Armadas de Nações Amigas, o Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso ou o Certificado de Frequência, de acordo com o seu aproveitamento.

5.9 A conclusão com aproveitamento do CFOAV, CFOINT e CFOINF, cumpridos os requisitos previstos nos respectivos PPC de cada Curso, será efetivada por ato do Comandante da AFA e publicada em Boletim Interno.

6 DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 O Cadete deverá apresentar-se na AFA para o início do Estágio de Adaptação Militar (EAMI) e de seu Curso de Formação, desimpedido de quaisquer compromissos administrativos ou particulares que o impeçam de cumprir as atividades acadêmicas, durante todo o período de sua formação.

6.2 Em decorrência do regime de internato, durante todo o período de realização do Curso de Formação, o Cadete é domiciliado e residente na AFA.

6.3 Os Cursos de Formação da AFA não preveem a situação de dependência e nem de repetência de disciplinas, em quaisquer de seus anos.

6.4 Para determinadas disciplinas com caráter eminentemente prático, há a previsão da Promoção em Condicionalidade, tendo em vista as particularidades relativas a prazos e de infraestrutura que envolvem suas execuções, dentro das regras estabelecidas no PPC do respectivo Curso de Formação.

6.5 Os prêmios a serem concedidos aos Cadetes que mais se destacarem nas atividades inerentes aos Cursos de Formação da AFA serão regulados em normas específicas.

6.6 Os licenciamentos coletivos são determinados por ato do Comandante da AFA.

6.7 As Férias Escolares serão estabelecidas de acordo com o Calendário elaborado pela AFA e aprovados pelo seu Comandante.

6.8 É permitido ao Cadete organizar, com prévia autorização do Comandante da AFA, Sociedade ou Associação, ambas sem fins lucrativos, de ordem cívica, desportiva, social e cultural, que desenvolva o espírito de corpo, a cidadania, o caráter, os valores éticos e militares, que aprimore os seus conhecimentos. As responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, penais e econômico-financeiras decorrentes das atividades da Sociedade ou Associação serão de responsabilidade exclusiva destas e de seus dirigentes.

6.9 Os casos não previstos nesta instrução serão resolvidos pelo Diretor de Ensino da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Documentação. **NSCA 5-1: Confecção, controle e numeração de Publicações Oficiais do Comando da Aeronáutica**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 225, de 29 NOV 2011. Modificada de 04 ago. 2014.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. **MCA 36-8: Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica (PPOA), Volume I**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 158, de 26 ago. 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. **NSCA 10-2: Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 72, de 02 maio 2019.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. **NSCA 33-2: Situação Militar dos Desligados dos Cursos e Estágios de formação de Oficiais e de Praças da Ativa e do Curso de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica, nº 146, de 29 ago. 2016.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. **NSCA 54-3: Teste de Avaliação do Condicionamento Físico no Comando da Aeronáutica**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica, nº 87, de 21 maio 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. **NSCA 160-10: Inspeções de Saúde para Ingresso nos Corpos e Quadros da Aeronáutica**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 77, de 9 maio 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. **ICA 37-468: Procedimentos para Confecção, Expedição, Registro, Apostilamento de Diplomas, Certificados e Históricos Escolares**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 34, de 10 fev. 2012.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Administração de Pessoal. **ICA 35-1: Padronização de Processos Administrativos**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 207, de 4 dez. 2017.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. **DCENS 33: Diretriz de Acompanhamento de Elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC)**. Brasília – DF, 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. **ICA 37-836: Normas para a Elaboração, Alteração e Atualização de Projeto Pedagógico de Curso**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 93, de 20 maio 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. **ICA 37-863: Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 3, de 5 jan. 2023.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. **ICA 37-900: Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Formação de Oficiais Intendentes**. Brasília – DF: Boletim do

Comando da Aeronáutica nº 16, de 24 jan. 2022.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. **ICA 37-901: Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 16, de 24 jan. 2022.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Ensino. **Portaria Nº 361/DCR, de 17 de março de 2023. Disciplina os procedimentos de migração dos Cadetes excluídos do Curso de Formação de Oficiais Aviadores para Curso de Formação de Oficiais Intendentes ou Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica**. Brasília – DF, 2022.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Saúde da Aeronáutica. **ICA 160-6: Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde – ITIS**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 234, de 22 dez. 2023.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **ICA 37-21: Atividades de Ensino no Comando da Aeronáutica para integrantes das Forças Armadas de Nações Amigas**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Brasília – DF, 17 ago. 2016.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. **PCA 30-1: Plano de Pessoal da Aeronáutica – PPAER para o ano de 2023**. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 93, de 23 maio. 2023.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. **Portaria Nº 376/GC3, de 26 de setembro de 2022**. Possibilidade de reaproveitamento de Cadetes desligados do Curso de Formação de oficiais Aviadores (CFOAV) para o Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT) ou para o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (CFOINF) da Academia da Força Aérea. Brasília – DF, 2022.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. **Portaria Nº 529/GC3, de 5 de julho de 2023**. Disciplina a reopção e a matrícula de Alunos concludentes do CPCAR nos Cursos de Formação de Oficiais (CFOAV, CFOINT e CFOINF) da Academia da Força Aérea. Brasília – DF: Boletim do Comando da Aeronáutica nº 125, de 10 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 76.322**, de 22 de setembro de 1975. Aprova o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 set. 1975, Seção 1, p. 12609.

BRASIL. **Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980**. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília – DF, n. 236, p. 24777, de 11 dez. 1980.

BRASIL. **Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019**. Altera o Estatuto dos Militares e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília – DF, de 17 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília – DF, de 13 set. 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.464, de 04 de agosto de 2011.** Dispõe sobre o Ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nos 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília – DF, de 05 jun. 2011.

ANEXO A – TERMO DE REOPÇÃO DE CURSO



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

TERMO DE REOPÇÃO DE CURSO Nº [XX/XºESQ/202Y]¹

O Chefe da Divisão de Ensino da Academia da Força Aérea, no uso de suas atribuições, dá ciência ao(à) Cadete [2X/YYYY Nome completo do Cadete], excluído(a) do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), da sua seguinte condição:

() O(A) Cadete **não satisfaz** a(s) condição(ões) prevista(s) no(s) inciso(s) [XX] do §1º do Art. 1º da Portaria DIRENS nº 361/DCR², de 17 de março de 2023 e, portanto, **não poderá requerer a reopção** para o Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT) ou para o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (CFOINF).

() O(A) Cadete **satisfaz às condições** previstas nos incisos I, II e III do §1º do Art. 1º da Portaria DIRENS nº 361/DCR, de 17 de março de 2023, e **poderá requerer a reopção de curso** mediante o preenchimento do Anexo Único do Termo de Reopção Nº [XX/XºESQ/202Y]. Cabe reiterar que às Cadetes somente será possível a reopção para o CFOINT, de acordo com §2º do Art. 1º do mesmo normativo³.

Pirassununga, ____/____/____.

[Nome do Oficial Cel Av]
Chefe da Divisão de Ensino da AFA

Declaro que fui notificado(a) da condição em ____/____/____, estando ciente de seu inteiro teor.

Assinatura do(a) Cadete

() O(A) Cadete se recusou a assinar o presente termo e presenciaram esse fato as testemunhas abaixo assinadas, na data de ____/____/202____.

1 A ser preenchido por todos os(as) Cadetes excluídos do CFOAV excluídos pelos motivos estabelecidos nos itens “I” ou “II” do Art. 1º da Portaria nº 361/DCR, de 17 de março de 2023.

2 § 1º Poderá requerer migração de curso o Cadete excluído do CFOAV pelos motivos elencados no caput, desde que satisfaça as seguintes condições: I - ter sido julgado “APTO” em INSPSAU para o serviço militar; II - estar classificado no “Bom Comportamento” militar; III - não possuir mais que cinco anos de serviço ativo na data de início do curso.

3 § 2º As vagas para o CFOINT serão disponibilizadas a ambos os sexos, e as vagas para o CFOINF, somente para o sexo masculino

Testemunha 1

Nome Completo:

Assinatura:

Testemunha 2

Nome Completo:

Assinatura:



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

TERMO DE REOPÇÃO DE CURSO Nº [XX/XºESQ/202Y]
ANEXO ÚNICO⁴

Ao Senhor Comandante da AFA:

Informo ao Senhor, consoante ao disposto no Art. 3º da Portaria nº 361/DCR, de 17 de março de 2023, meu requerimento de reopção de curso, conforme marcado abaixo (assinalar somente uma opção):

- ☐ Tenho interesse em migrar somente para o CFOINT
- ☐ Tenho interesse em migrar para ambos os cursos, com prioridade para o CFOINT
- ☐ Tenho interesse em migrar somente para o CFOINF
- ☐ Tenho interesse em migrar para ambos os cursos, com prioridade para o CFOINF

Declaro, ainda, estar ciente de que, além de atender aos requisitos estabelecidos na Portaria supramencionada, há a necessidade de estar **dentro do número de vagas estabelecidas pela DIRENS para a matrícula no CFOINT ou CFOINF, respeitada a prioridade estabelecida no Art. 2º da Portaria supracitada.**

- ☐ Declaro que não tenho interesse em solicitar a migração de Curso.

____/____/____
Data

Assinatura do (a) Cadete

- ☐ O(A) Cadete se recusou a assinar o presente Termo de Reopção de Curso (Anexo Único) e presenciaram esse fato as testemunhas abaixo, na data de ____/____/____.

Testemunha 1

Nome Completo:

Assinatura:

Testemunha 2

Nome Completo:

Assinatura:

⁴ A ser preenchido somente pelos (as) Cadetes que satisfizerem às condições estabelecidas no §1º do Art. 1º da Portaria nº 361/DCR, de 17 de março de 2023.